



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BARBARA BARROS CARDOSO

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: UM OLHAR SOBRE AS
AGRICULTORAS DO MERCADO DO PRODUTOR-UNIDADE CURITIBA DA
CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA-PARANÁ

MATINHOS, PR

2019

BARBARA BARROS CARDOSO

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: UM OLHAR SOBRE AS
AGRICULTORAS DO MERCADO DO PRODUTOR-UNIDADE CURITIBA DA
CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA-PARANÁ

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar,
Setor do Litoral, Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Questão Social na Perspectiva
Interdisciplinar.

Orientadora: TATIANA RIBAS KLEINUBING

MATINHOS

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

BARBARA BARROS CARDOSO

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: UM OLHAR SOBRE AS
AGRICULTORAS DO MERCADO DO PRODUTOR-UNIDADE CURITIBA DA
CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA-PARANÁ

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Questão Social na
Perspectiva Interdisciplinar, Setor do Litoral, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Questão Social na
Perspectiva Interdisciplinar.

Prof^a.TATIANA KLEINUBING

Orientador(a) – Departamento UFPR Litoral.

Prof^oNEILOR VANDERLEI KLEINUBING

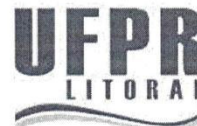
Departamento UFPR Litoral

Prof^o GILSON WALMOR DAHMER

Departamento UFPR Litoral



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora **Ms. Tatiana Ribas Kleinubing**, realizaram em 05 de novembro de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Bárbara Barros Cardoso**, sob o título “A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO: UM OLHAR SOBRE AS AGRICULTORAS DO MERCADO DO PRODUTOR - UNIDADE CURITIBA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO - CEASA PARANÁ”, sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista no Curso de Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito “**APL**”.

Matinhos, 05 de novembro de 2019.

Ms. Tatiana Ribas Kleinubing
Professora Orientadora

Ms. Neilor Vanderlei Kleinubing
Professor Integrante

Dr. Gilson Walmor Dahmer
Professor Integrante

Bárbara Barros Cardoso
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

Matinhos, 29 de Outubro de 2019.

RESUMO

Este artigo pretende discutir a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero implícitas nesse processo, tendo como sujeitos de pesquisa agricultoras familiares¹ que participem de todo o processo de produção: plantio, a manutenção, manejo, preparo e o comercialização de seus produtos dentro do mercado do produtor, na Central de Abastecimento Ceasa, no Estado do Paraná, especificamente na unidade de Curitiba. De acordo com informações institucionais, a Ceasa -PR, Unidade Curitiba tem cerca de 1.224 produtores cadastrados, responsáveis pelo abastecimento de legumes/hortaliças/frutas, no estado do Paraná, e também estados vizinhos, como, Santa Catarina e São Paulo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas em 2015, 47% da população rural é formada por mulheres, por tanto se faz necessário entender de que modo vivem essas agricultoras, como se dá a divisão sexual do trabalho no contexto em que vivem, e como as questões de gênero estão presentes em seu cotidiano. Para entender essa realidade, realizamos pesquisa quantitativa, aplicando questionário com 30 questões de múltipla escolha, usando também como fonte de dados diário de campo, para entender de forma mais subjetiva as relações sociais as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no campo. Os resultados indicam que ainda que tenhamos muitos avanços sociais, as pequenas produtoras do Ceasa-PR, setor Curitiba, estão longe de atingir a igualdade de gênero dentro de suas casas e trabalho.

Palavras-chaves: Divisão sexual do trabalho; Mulher rural; Relações de gênero no campo, Ceasa-Paraná

¹A legislação previdenciária define que, agricultura familiar, no regime de economia familiar, trata-se de pessoa física que realiza de forma individual, ou na companhia de seus familiares, atividades agropecuárias ou de pesca, na condição de proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro. Estes trabalhadores estão cobertos pela previdência, na condição de segurados especiais, sujeitos a uma série de regras para que possam ser classificados como parte de regime de economia familiar. (Fonte – Legislação Previdenciária). No entanto, MORENO e GARCIA (2018), trazem uma definição ainda mais completa do pequeno produtor rural, pessoa física. No ponto de vista econômico, é considerado pequeno produtor rural pessoa física, aquele que tem uma movimentação financeira anual de trezentos e sessenta mil reais, pois este é o valor trabalhado para acesso para linha de crédito rural, ainda que esse conceito atenda somente o sistema financeiro. Outra definição legal do pequeno produtor rural vem da lei número 11.428, de 2006 art. 3º, onde define que o pequeno produtor rural é aquele residindo na zona rural, que detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo.

RESUMEN

Este artículo pretende discutir la división sexual del trabajo y las relaciones de género implícitas en ese proceso, teniendo como sujetos de investigación agrícolas familiares² que participen de todo el proceso de producción: La plantación, el mantenimiento, manejo, preparación y comercialización de sus productos dentro del mercado del productor, en Ceasa Central de Abastecimiento, en el Estado de Paraná, específicamente en la unidad de Curitiba. De acuerdo con información institucional, Ceasa -PR, Unidad Curitiba tiene alrededor de 1.224 productores registrados, responsables por el suministro de verduras/verduras/frutas, en el estado de Paraná, y también estados vecinos, como Santa Catalina y San Pablo. De acuerdo con el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística en 2015, 47% de la población rural está formada por mujeres por lo tanto se hace necesario entender cómo viven estas agricultoras, como se da la división sexual del trabajo en el contexto en que viven, y cómo las cuestiones de género están presentes en su cotidiano. Para entender esa realidad, realizamos investigación cuantitativa, utilizamos también investigación cualitativa, con aplicación de cuestionario semiestructurado para entender de forma más subjetiva las relaciones sociales las relaciones de género y la división sexual del trabajo en el campo. Los resultados indican que aunque tenemos muchos avances sociales, las pequeñas productoras del Ceasa-PR, sector Curitiba, están lejos de alcanzar la igualdad de género dentro de sus hogares y trabajo.

Palabras claves: División sexual del trabajo, Mujeres rurales, relaciones de género en el campo, Central de suministro-Ceasa-Paraná

La legislación de previsión establece que el pequeño productor rural, en el régimen de economía familiar, es una persona física que realiza de forma individual, o en compañía de sus familiares, actividades agropecuarias o de pesca, en la condición de propietario, usufructuario, poseedor, asentado, socio o aparcerero. Esto trabajadores están cubiertos por la previsión, en la condición de asegurados especiales, sujetos a una serie de reglas para que puedan ser clasificados como parte de régimen de economía familiar. (Fuente – Legislación de previsión). Sin embargo, MORENO y GARCIA (2018), traen una definición aún más completa del pequeño productor rural, persona física. Desde el punto de vista económico, se considera pequeño productor rural persona física, de que tiene una impulsión financiera anual de trescientos sesenta mil reales, pues este es el valor trabajado para acceso a línea de crédito rural, aunque ese concepto atiende solamente al sistema financiero. Otra definición legal del pequeño productor rural viene de la ley número 11.428, 2006 art. 3º, donde define que el pequeño productor rural es aquel que reside en la zona rural, que posee la posesión de gleba rural no superior a 50 (cincuenta) hectáreas, explotándola mediante el trabajo personal y de su familia, admitida la ayuda eventual de terceros, así como las posesiones colectivas de tierra, considerándose la fracción individual no superior a 50 (cincuenta) hectáreas, cuya renta bruta procede de actividades o usos agrícolas, ganadería o silvicultural o extractivismo rural en un 80% (ochenta por ciento) como mínimo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero implícitas dentro da maior unidade de distribuição de frutas, verduras e legumes do estado do Paraná. Buscamos entender historicamente, qual a origem da divisão sexual do trabalho na qual estamos inseridos

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, GÊNERO E A HISTÓRIA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Mostra de Domicílio (PNAD) de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de mulheres no país representa 51,7% da população. No entanto, ainda que tenhamos um maior quantitativo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), quando se trata de inclusão social e econômica, as mulheres brasileiras estão a margem nestes aspectos.

Em seu site oficial, publicado em maio de 2018, a ONU tornou público um relatório do Banco Mundial, no qual descreve que o Brasil ainda tem muito o que avançar em termos de leis que garantam efetiva participação econômica da mulher. Neste relatório, o Banco Mundial explicita os seguintes dados: Mulheres brasileiras formam 50% da população, contudo, quando se analisa o número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, esta porcentagem se transforma em 43%. Somado a isso, recebemos salário de 25% menores que os dos homens, quando realizamos a mesma função. Quanto aos grandes cargos, como os de gerência, por exemplo, apenas 37% das mulheres conseguem estar inseridas nestes espaços. Entre os principais alertas do documento, está o fato de que o Brasil não estabelece em sua legislação, uma licença parental igualitária, o que segundo o relatório, poderia auxiliar na distribuição de tarefas, modelo já adotado de acordo com a ONU, em 58 países, para estimular a divisão de tarefas domésticas e a prestação de cuidados dos filhos. O modelo do qual lançamos mão em nosso país, está alinhado, segundo a organização, com os paradigmas estabelecidos na maioria dos países da América Latina e Caribe, cujo tempo de licença remunerada para as mães, é de em média 4 meses, enquanto a dos pais de 5 dias.

documento aborda ainda alguns fatores que contribuem na desigualdade de gênero: as leis Brasileiras não determinam igualdade de remuneração para homens e mulheres que exercem a mesma função, algumas restrições legais que impedem mulheres de realizar atividades que envolvam levantar peso acima de 25 Kg³, e a dificuldade de empreender que a mulher enfrenta, pois nesta perspectiva, além de discriminação de gênero, há também a discriminação de estado civil, o que torna mais complexo a mulheres o acesso a créditos bancários. Neste relatório, “O Banco Mundial” pontua os benefícios que estão por trás da igualdade gênero, destacando o impacto positivo na esfera econômica, com a atuação de mulheres no mercado de trabalho e geração de negócios, pois de acordo com a previsão realizada pelo Organismo Internacional apresentada no relatório, a redução da desigualdade de gênero pode contribuir no aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,3%, rendendo cerca de 382 bilhões de reais para economia do país. Para viabilizar o debate sobre a divisão sexual do trabalho, é necessário primeiramente, entender como o sexo biológico, e questões relacionadas ao gênero estão presentes na construção do papel social da mulher, e a sua inserção no mundo do trabalho, pois essas relações estão intimamente ligadas. MESQUITA e SERENO et all, 2012, p.18, apud MARCONDES, 2003, p. 35, que nos permite entender o quanto a questão de gênero está conexa a divisão sexual do trabalho

(...) Não se avançara no mundo sexuado do trabalho se não articular nas análises, as relações de gênero e as de classe. O sexo dos trabalhadores é uma importante diferença no mundo do trabalho que, geralmente, encontra-se ocultada pela “uniformidade” de classe. E, no entanto, é ao se colocarem na situação de trabalhadores, ao venderem sua “força de trabalho” como economia clássica, que as relações de gênero adquirem concretude e visibilidade privilegiadas (MESQUITA e SERENO et all, 2012, p. apud MARCONDES, 2003, p.6)

Dentro desse entendimento, de que as relações de gênero estão implícitas ao mundo do trabalho, os autores Silva e Schneider (2010, p.145), lançam mão da fala de Santos (2002), que conceitua as relações de gênero, com o que denomina como

³ De acordo com o Banco Mundial, este tipo de medida gera o que eles denominam como “segregação ocupacional de gênero”. O resultado deste fenômeno, de acordo com o relatório, é que essas trabalhadoras acabam migrando para campos do mercado de trabalho que dispõem de menor remuneração

“noção de gênero “,explicitando como o sexo biológico interfere socialmente no comportamento de homens e mulheres:

A Noção de ‘gênero’ se relaciona com a cultura, sendo formada por ela, ou seja, é a forma que a sociedade lida com as diferenças entre o sexo. Nesta concepção, as diferenças entre o comportamento de homens e mulheres são resultantes da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres. (SILVA e SCHNEIDER, et all,2010, p. 148 , apud SANTOS,2002, p.41)

Ainda sobre este conceito, os autores, compreendem que os debates sobre gênero tem como objetivo questionar o que é considerado natural e biológico, além do determinismo biológico, as transformações dos papéis sociais que a mulher pode exercer com base na sua capacidade, essas mudanças podem se converter em benefícios para a sociedade. No que se refere a divisão sexual do trabalho, Cardoso e Silva (2017, p.38),trazem a primeira definição,presente na fala de Cattani (2002,) que aduz sobre esse:

A divisão sexual do trabalho é a separação e distribuição de atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo do indivíduo. É uma forma simples e recorrentes de divisão social do trabalho. Qualquer sociedade tem definida, com mais ou menos uma rigidez e exclusividade, esfera de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou para outro sexo. De modo geral, a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto as atividades de produção e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas. Essa divisão do trabalho diferencia-se em decorrência da posição dos indivíduos na estrutura social e política da sociedade. (CARDOSO e SILVA, et all, 2017,p.23, apud CATTANI, 2002 p.82).

Para auxiliar o entendimento sobre divisão sexual do trabalho, trazemos a fala da autora Kergoat (2003, p.66), que relata que foram os etnólogos os pioneiros a estipular a repartição de tarefas entre homens e mulheres nas sociedades em que realizavam seus estudos. De acordo com Kergoat(2003, p.66) foi o estudioso Levi-Straussk, quem desenvolveu um mecanismo explicativo de “estruturação da sociedade em família” com base nesta divisão estabelecida pelos etnólogos.No entanto, a autora aponta que foram as antropólogas feministas, as primeiras a terem um olhar mais apurado na separação de tarefas socialmente estabelecida, afirmando na época, que se tratava de uma relação de poder de homens sobre mulheres.Kergoat(2003, p.67),afirma ainda que, “a divisão sexual do trabalho é a

forma de divisão do trabalho social decorrente das relações de sexo”. Nesta mesma linha de compreensão, Cardoso e Silva(2017, p.24),destacam um pronunciamento de Engels,Bebel eKarl Marx⁴.Nessa análise, os autores clássicos associaram a condição das mulheres, como escrava, ao surgimento da propriedade privada, pois sem o acesso aos meios de produção, automaticamente a mulher se torna dependente economicamente de algum membro da família, seja ele pai ou marido, e dessa relação de dependência, desencadeou um processo de opressão da mulher dentro da sociedade.Kergoat(2003, p. 65), aponta algumas características atrelada a divisão sexual do trabalho. Uma delas é que essa divisão de responsabilidades, que se molda de acordo com o tempo e a sociedade, as mulheres condicionadas a área de reprodução, enquanto os homens ficam responsáveis pela produção, assumindo também, atividades socialmente relevantes, com grande valor social, segundo Kergoat(2003, p.63),ocupando funções ligadas a religião, militares e políticas.Quando compreendemos os dois principais eixos a baixo, apresentados por Kergoat(2003, p.63) relacionada a divisão sexual do trabalho, é possível observar o quando o trabalho realizado por mulheres é considerado historicamente menor:

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. (KERGOAT,2003,p. 63)

Kergoat (2003, p. 67),afirma que estes dois eixos, foram sustentados em todas as sociedades conhecidas, e o consenso entre especialistas nos estudos de divisão sexual do trabalho, é o de que este modelo funciona desde de o inicio da humanidade, e os fatores que contribuem para conservar estes princípios são: uma ideologia naturalista combinado a o que a autora denomina de processo específico de legitimação⁵.Korgoat(2003, p.68)afirma que divisão sexual do trabalho presenciamos atualmente, faz parte de um construção social histórica, produto das relações sociais, podendo ser transformada essa realidade, pois de acordo com a

⁴Mesquita e Serano(2012, p.116) destacam em sua obra um pronunciamento de Karl Marx, Ferdinand August Bebel e Friedrich Engels, realizado na mesma época em que houve essa grande inserção de mulheres nas fabricas. Este pronunciamento, classificado como “a favor da emancipação da mulher”. A partir deste pronunciamento, de acordo com Mesquita e Serano (2012,.), os autores passaram a trabalhar com análises que buscavam entenderas relações de produção capitalista ,a exploração e a condição da mulher dentro daquele contexto.

⁵ De acordo com Kergoat (2003, p.67), este processo se trata de vincular o gênero ao sexo biológico, reduzindo a práticas sociais ,a papeis sociais ,tudo com baseado em uma ideologia naturalista.

autora, não se trata de um processo rígido e imutável, ainda que seus eixos organizadores estejam em vigor, novas facetas, como por exemplo o lugar da mulher dentro da sociedade e o trabalho reprodutivo, são apresentadas de acordo com o tempo e espaço, pois estudos antropológicos apresentados por Kergoat(2003, p.67) mostram que atividades tipicamente masculinas, estão cada vez mais se transformando e, mesmo que em um lento processo. Os elementos históricos mencionados por Kergoat(2003, p. 69), estão presentes na obra de Guimarães e Quirino (2017), e neste ponto, vamos esmiuçar o resgate histórico realizado pelos autores para entender a origem da divisão sexual do trabalho.

Guimarães e Quirino, trazem o autor francês Hertier(1997), que nos auxilia na compreensão do papel da mulher no âmbito do trabalho. Hertier(1997, p. 15), descreve que mesmo em sociedades pré-históricas, havia um arranjo social baseado em divisão de tarefas entre homens e mulheres, sendo as atividades realizadas por mulheres subjugadas, ponto de vista reiterado por Mesquita e Sereno(2012, p.12). Os autores afirmam que no início dos tempos, a função social da mulher estava ligada a reprodução e afazeres domésticos, enquanto cabia ao homem garantir o sustento dos membros da família, com atividades de caça e pesca. Mesquita e Sereno(2012, p. 15), descrevem que nesta primeira fase da sociedade, classificada como “primitiva” a divisão “natural” do trabalho era realizada através da idade de sexo. Mas são as autoras Cardoso e Silva (2017, p.23), que contribuem com informações sobre a divisão só trabalho nesta primeira etapa da sociedade. Cardoso e Silva (2017, p.23), entendem que os avanços na formação socio histórica, de modo geral, acompanham novas facetas, e mais sofisticadas na discriminação ao trabalho da mulher. Os autores trazem como pano de fundo, as primeiras etapas da sociedade, classificada como primitiva, onde os recursos produtivos estavam habitualmente em mãos de tribos e clãs, e a produção tinha como finalidade consumo para a sobrevivência da população. Neste cenário, as autoras descrevem que os membros que compõe a família, não eram donos de propriedade, nem uma unidade de trabalhos caseiros. Desse modo, as autoras entendem que a família era uma unidade social e econômica básica comunitária, pois todo o trabalho realizado era em benefício do coletivo, a família, e os alimentos, principal fonte de riqueza da época, armazenados de forma comum para o acesso de todos os pertencentes ao grupo.

Neste período, as mulheres além da função do trabalho caseiro, gerenciavam

grupos de suas famílias, incluindo todos os membros, além de casais e seus filhos, sendo essa administração familiar, se soma importância social, e essa função gerida por mulheres. Cardoso e Silva (2017, p.23), trazem o ponto de vista de Engels (2002), que entende que a origem da desigualdade no valor social do trabalho produtivo de homens e mulheres, está associada ao início da propriedade privada.

Esta visão está baseada no fato de que anteriormente, quando não se trabalhava para indivíduos, e sim de forma coletiva em clãs e tribos, a produção, tinha como objetivo a subsistência e as mulheres tinham grande força, pois estavam envolvidas ativamente em todos os estágios da produção. De acordo com as autoras, desde de que o trabalho tivesse uso social, e que todos os adultos fizessem parte da produção, todos integrantes do grupo, tinham a mesma importância social, sem distinção. As autoras afirmam que neste aspecto, não havia uma divisão no trabalho, apenas uma divisão de tarefas.

Cardoso e Silva (2017, p.24), entendem que a conversão de mulheres de membro igualitário da sociedade, em esposa subordinada, esta sustentada primeiramente na domesticação de animais de grande porte de forma individual, como início da propriedade privada, principalmente o advento da propriedade privada, que transformou não só as relações sociais e familiares entre homens e mulheres, mas também as relações políticas e econômicas. Mesquita e Sereno (2012, p.14) e Guimarães e Quirino (2017, p. 38), concordam no sentido de que, as mulheres sempre tiveram as atividades que executavam subjugadas, mesmo que de forma sutil com base em um determinismo biológico como pudemos observar acima na fala de outros autores outros autores. Naturalizava-se o princípio de que, o trabalho realizado por mulheres, era inferior, ao executado por homens, o que aliado submissão social estabelecida, a partir da propriedade privada, de acordo com Quirino (2011), trouxe uma realidade a mulher no mundo do trabalho, difícil de ser derrubada. Essa realidade foi possível, por um comportamento social masculino, viabilizado socialmente no início do capitalismo, do qual Silva e Schneider (2010, p.189), caracterizam como dominação masculina na sociedade

(...)a dominação masculina é resultante daquilo que define como violência simbólica, ou seja, uma violência exercida através de vias simbólicas, como a comunicação e o conhecimento e que por isso não é percebida sequer pelas suas vítimas. (SILVA e SCHNEIDER, 2010, p.189)

Podemos dizer, que foi através dessa violência simbólica, e as novas configurações sociais, que a dominação sobre o sexo feminino, ficou ainda maior. Pois neste contexto, o dono da propriedade, se tornou administrador da família, e todos os dependentes sem propriedade ou controle dos meios de produção, agora tinham como sua tarefa principal dos familiares, o crescimento da propriedade, enquanto os chefes de família estavam comprometidos em competir produtivamente com outras famílias. Mas foi o acúmulo de riquezas, associado ao avanço da tecnológico, que viabilizou a união desses homens proprietários, a fim de proteger suas propriedades, de quem não possuía terras ou meios de produção. Para Cardoso e Silva (2017, p.25), esse foi o ponto de partida para o início das sociedades de classe. Nessa nova perspectiva social, Cardoso e Silva (2017, p.25), entendem que na sociedade de classes, o trabalho masculino foi mais valorizado, enquanto o trabalho feminino domesticado. Ainda de acordo com as autoras, essa sociedade se organizou e articulou de forma a negar que as mulheres fossem adultas e pudessem tomar suas próprias decisões, obrigatoriamente sendo tuteladas por homens. Os homens, foram colocados como classe superior de trabalhadores pela classe dominante, não apenas como fruto da dominação masculina, mas de acordo com as autoras, porque poderiam ser mais explorados por não ter que alimentar e criar filhos. A sociedade de classes, de acordo com Cardoso e Silva(2017, p.27),introduziu não só a subordinação feminina, como também a inferiorização social das mulheres, sendo essa sociedade extremamente paternalista, transformou a mulher em cidadã de segunda classe, e restrita ao espaço doméstico, para desse modo pudesse ser dominada , pois uma mulher que não estivesse em ambiente doméstico e controlada, poderia agir de forma equivocada, atrapalhando a ordem social estabelecida. De acordo Cardoso e Silva(2017, p.26), a Igreja Católica foi fundamental para o processo de submissão da mulher, atrelando a figura feminina a de Eva⁶,validando qualquer decisão da sociedade sobre as mulheres .

O autor Carvalho(2017, p.4),entende de que as mulheres sempre fizeram parte do mundo do trabalho, ainda que não devidamente valorizadas, sempre

⁶Em uma perspectiva religiosa, Eva, foi considerada a primeira pecadora da história, seduzida pelo demônio e responsável pela expulsão do homem do paraíso, e como penalidade, deveria ser submissa ao marido e suportar as dores do parto, enquanto o homem seria o provedor através de seu trabalho.

estiveram presentes com o seu trabalho, nos espaços domésticos e rurais. No entanto de acordo com Carvalho(2017, p.8), apenas na era pré capitalista, a sociedade passou a validar o trabalho feminino de modo assalariado, sendo as tecelãs a primeira categoria de trabalhadoras a despertar o interesse dos empresários europeus. De acordo com a autora, esse processo de integrar mulheres na produção de fabricas, iniciou na Inglaterra, e em seguida na França.

O desenvolvimento industrial, proporcionou uma pequena inserção de mulheres e também crianças nas fabricas, pois a tecnologia permitiu que as máquinas dispensassem a força física, atribuída aos homens. No resgate histórico traçado por Mesquita e Sereno(2012, p. 18), os autores afirmam que somente no século XIX, a partir da revolução industrial, houve uma estreita ruptura com os costumes da sociedade, onde o espaço doméstico ocupado por mulheres, e o avanço da tecnologia supracitado acima, permitiu e intensificou a presença de mulheres nas fabricas. Carvalho(2017, p.8), declara que no início do capitalismo, a força de trabalho era completamente desvalorizada, com salários baixos e jornadas de trabalho exaustivas, e neste cenário, o espaço industrial, predominantemente masculino, substituiu estes trabalhadores, por mulheres e crianças, e a medida que as mulheres ingressaram com força no mercado de trabalho, o dinheiro produto deste trabalho, passou a ser parte essencial do sustento destas famílias, sujeitando as trabalhadoras a funções nas indústrias, ainda que nas piores condições. Pois a autora, descreve que as condições de trabalho nestas fabricas durante este período, eram desumanas, com turnos de mais de 17 horas diárias, as trabalhadoras eram expostas a castigos físicos, violência sexual, ambientes insalubres, fatores que de acordo com Carvalho(2017, p.12), contribuíram na morte de muitos trabalhadores.

As condições de vida eram tão precárias neste período, que de acordo com a autora, à medida que as crianças completassem entre 5 e 6 anos, naturalmente ingressavam às oficinas de fiação em países como Inglaterra, França, Alemanha, para contribuir no sustento de suas famílias.

Carvalho(2017, p.12) menciona dados de uma pesquisa realizada pelo governo inglês por volta de 1814. Entre os resultados da pesquisa, estão os de que, mesmo as mulheres que trabalhavam mais de 16 horas por dia, ainda não tinham condições de suprir as necessidades básicas da família, fator que obrigava crianças a ingressarem cada vez mais novas no mundo do trabalho. Na maioria do território europeu, não havia nenhuma forma de regulação ao trabalho feminino, além de o

fato de mulheres e crianças ocuparem a maior parte das vagas de empregos, por sua força de trabalho ser mais barata que a de homens adultos, originou um grande contingente de homens desempregados, fazendo com que setores mais conservadores, criassem uma política de controle, para frear esse fenômeno, resultando em uma série de medidas de proteção ao trabalho feminino. Estas medidas não tinham como objetivo de proteção a essas mulheres, e sim de dificultar a permanência destas trabalhadoras nas indústrias.

Em 1892, que o trabalho feminino na indústria foi proibido, resultado das recomendações da Conferência de Berlim⁷, e 14 anos mais tarde, as grandes potências internacionais definiram como prioridade a proibição do trabalho noturno de mulheres. Entretanto, mesmo com o peso desse documento, a maioria dos países não aderiu ao acordo estabelecido na convenção de acordo com Carvalho(2017, p.12), apenas durante o Tratado de Versailles⁸, ocorreram as primeiras discussões sobre a igualdade salarial e direitos das mulheres, e o entendimento de que pessoas que realizam o mesmo trabalho, devem ganhar o mesmo salário, independente do sexo do trabalhador. Para Cardoso e Silva(2017, p. 26), a divisão sexual do trabalho, serviu para promover competição entre trabalhadores, e também de justificativa para diminuir salários, com a inserção de mulheres no mercado. As autoras acreditam que por fim, todos os membros da classe trabalhadora, mulheres, homens, jovens e crianças, tinham como finalidade, ser matéria de exploração do capital, através da força de trabalho. Cardoso e Silva(2017, p.26) entendem que, todos os componentes da divisão sexual do trabalho, tem reflexo não apenas na produção e reprodução no trabalho, mas interfere nas relações de gênero.

3. MULHERES RUAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAMPO

⁷Realizada entre 1884 e 1885, a conferência de Berlim, foi um modo de fixar regras para a ocupação do continente africano. Também conhecido como a partilha da África, nesse momento histórico, com a expansão capitalista neste continente, países como Portugal e Bélgica, e Reino Unido, buscavam formas de dominação do continente africano, para que dessa forma pudessem explorar a matéria prima presente no continente africano, sendo que o continente asiático, também foi alvo neste período da ambição dos industriais europeus. Os resultados dessa conferência, foi a legalização do neocolonialismo, permitindo a total e intensa exploração do continente africano, sob justificativa de missão civilizatória para o continente para ocupação deste território. (BRASIL ESCOLA).

⁸Assinado no dia 28 de junho de 1919, ficou conhecido por ser o principal dos tratados de paz assinados após a Primeira Guerra, esse documento foi produzido pelos países que formavam as grandes potências mundiais, grupo formado por países da Tríplice Entente e Alemanha. Foi considerado pelos historiadores como a “paz dos vencedores”, uma vez que as nações que venceram o conflito impuseram termos duríssimos à Alemanha. (BRASIL ESCOLA).

Em 2015⁹, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, promovida pelo IBGE, explicitou alguns dados, que permitiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, traçar um pequeno perfil sobre as trabalhadoras rurais brasileiras.

De acordo com os dados do IBGE, há 15 milhões de mulheres residentes nos espaços rurais do país, representando 47% desta população. 50% dessas mulheres fazem parte da população economicamente ativa, 30% não possuem uma renda fixa, e apenas 3% das camponesas conseguiram concluir seus estudos de acordo com esta pesquisa. O Senso Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, levantou que o número de mulheres rurais empreendedoras nesta época era de 12%, enquanto em 2015, o número de empreendedoras rurais cresceu 8%. Na matéria publicada pelo site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a consultora da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa da época, Geise Mascarenhas, afirmou na ocasião, que embora tenha um saldo positivo nos resultados, ainda está muito distantes de esclarecer a importância da mulher no campo, considerando que as agricultoras são responsáveis por 80% dos alimentos produzidos no país de acordo com Geise. Quando se trata da divisão sexual do trabalho no campo, neste cenário a adapta-se aos fatores sociais e culturais, no entanto o panorama das camponesas, de modo geral não apresenta grandes alterações da realidade das mulheres urbanas. Cardoso e Silva (2017, p.28), descrevem que a divisão de tarefas no campo, é ainda mais rígida e a camponesa extremamente oprimida, pois historicamente as camponesas tiveram suas vidas “marcadas e regradas” pela família e o arranjo social produtivo do campo. Dentro desta estrutura social presente no campo, o homem foi historicamente responsável pelas atividades relacionadas a terra e operações do mercado, enquanto cabia a mulher, atividades domésticas, horta e trato com os animais, além de utilizar parte da produção descartada, na fabricação de geleias e outros produtos que poderiam ser comercializados, para geração de renda.

Cardoso e Silva (2017, p. 28), afirmam que dependendo da faixa etária e a posição que ocupava dentro da família mulheres desempenhavam trabalho em colheitas, trabalho considerado em alguns momentos, tipicamente masculino.

De acordo com os autores, foi no período anterior a segunda guerra, que as

⁹Dados retirados do site Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

mulheres ficaram mais ligadas aos trabalhos rurais. Podemos observar a vida cotidiana das camponesas da época, e as atividades realizadas, expressa na fala de Perrot (2007), bem como a importância de suas atividades para o meio social

A velha camponesa é uma mulher recurvada. Ela cuidava do rebanho, das vacas, que vigiavam e ordenhavam, das cabras cujo leite servia para a fabricação artesanal do queijo, que também era serviço delas. Sem mulher, não há vaca, nem leite, nem galinha nem frango, nem ovo. A camponesa é uma mulher ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e alimentar os seus (autossubsistência e confecção das refeições) e, se possível, trazer para a casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado: mercado alimentar, mercado têxtil. Muito cedo ela fia para fora ou faz rendas (como nas regiões do Puy, Alençon ou de Beyeux), que são buscadas nas aldeias por estafetas. O luxo na corte e na cidade, principalmente a partir do século XVII, aumentou a demanda com relação as mulheres, que assim entraram no circuito monetário. (CARDOSO e SILVA, et al, 2017, p.229, apud PERROT, 2007, p.10).

Cardoso e Silva (2017, p.25), entendem que dentro do meio rural, o casal tem uma força muito grande, mesmo que dentro desse conjunto, o valor social do homem, seja muito mais forte. A função social da mulher rural está ligada a família, depois do homem, é ela, quem toma todas as decisões referentes ao grupo social.

Dentro do meio rural, as relações tiveram grandes modificações. Influenciadas pelo êxodo rural, mercado financeiro, a industrialização, as comunicações. Mas de acordo com Cardoso e Silva (2017, p.29), foram as guerras, as principais fontes de mudança na estrutura do campo, especialmente a 1ª Guerra mundial. Pois neste período histórico, de acordo com Cardoso e Silva (2017, p.28), houve um esvaziamento no campo para que os jovens pudessem estar presentes na guerra, sendo todas as atividades executadas por eles até esse momento, assumidas pelas mulheres:

Elas aprenderam a lavrar a terra, gesto viril, e gerenciar seus negócios. Esses fatores acumulados modificaram o equilíbrio das famílias a relação entre sexos e mudaram a vida das mulheres. (CARDOSO e SILVA, 2017, p.26).

Os autores descrevem que processo de modernização da agricultura que ocorreu entre as décadas de 50 e 60, também chamado de Revolução Verde¹⁰, contribuiu para a transformação social no meio rural. Mesmo que no Brasil,

¹⁰ Expressão criada em Washington nos Estados Unidos em 1966, a revolução verde tinha como objetivo o aumento da produção agrícola no mundo, por meio de pesquisas em fertilização de solo, sementes e máquinas agrícolas, capazes de aumentar a produtividade no campo, adequando

essa modernização não teve o mesmo entusiasmo que em lugares do mundo, de acordo com Cardoso e Silva (2017, p. 28), deixou cerca de 2 milhões de trabalhadores em fazendas desempregados entre os anos de 1960 e 1980, apenas no estado de São Paulo. O autor Francisco (2019), descreve que de fato a Revolução proporcionou mudanças positivas no campo, empregando o uso da tecnologia e a maior eficiência na produtividade, no entanto houve uma alteração na estrutura social no campo, isso porque os pequenos produtores rurais, no início, não tiveram condições financeiras de acesso aos benefícios da modernização na agricultura, e não atingiram uma produtividade suficiente para se manter em atividade, logo recorreram a empréstimos bancários, para mecanizar a produção agrícola, usando as pequenas propriedades que possuíam, como forma de pagamento. O autor entende que a revolução verde, além de não cumprir o propósito inicial de resolver os problemas sociais de alimentação no mundo, contribuiu ainda na perda de propriedade do pequeno produtor rural.

Como explicitado acima, foi inevitável que as mudanças fruto da Revolução Verde, não atingisse diretamente a família camponesa, pois a partir desse momento a figura do homem, com funções muito bem estabelecidas até então, de pai-marido-patrão, se transforma aos poucos em o que as autoras classificam como “figura defeituosa da família”. O grande índice de desemprego entre os homens rurais, obrigou os filhos e as esposas, encontrarem funções assalariadas para garantir condições de sobrevivência. A adoção de tecnologias, no campo, o que tornou, o processo de trabalho no campo mais complexo, fazendo com que o agricultor obrigatoriamente tivesse que participar de cursos de qualificação, para fazer uso das novas máquinas agrícolas. A facilidade dessa tecnologia, permitiu otimizar o tempo do agricultor, o que também diminuiu o número de pessoas empregadas no campo. Com relação ao trabalho da agricultora, Cardoso e Silva (2017, p. 28), lançam mão da fala de Lima (2005) para chamar a atenção de como a questão cultural está implícita nas relações de trabalho no campo, pois muitas vezes as agricultoras não percebem que não estão sendo remuneradas pelo seu trabalho executado no campo, isso

sementes para todos os tipos de clima, e aumentando a sua resistência para pragas e doenças comuns no campo, dando início ao uso de agrotóxicos e agentes químicos no campo. Esse programa financiado pelo grupo Rockefeller, prometia acabar com a fome no mundo graças a alta produtividade de alimentos. O grupo expandiu a venda de insumos agrícolas para o Brasil, e países como México e Índia. Porém esse aumento na produção, não foi capaz de solucionar o problema da fome, pois esse aumento de produção estava destinado a países ricos, como Japão, alguns países da Europa e Estados Unidos.

porque segundo os autores, a mulher do campo não se entende como parte do processo de produção, mas para Lima(2005), acredita que neste aspecto, há de se considerar uma questão maior segundo ele:

(...)A questão cultural, a qual está fortemente arraigada em muitas pessoas, aqui no caso, em mulheres rurais, a noção do trabalho enquanto auxiliar mesmo, como sendo complemento de remuneração familiar, com interesse voltado para a prole. Mas há que evidenciar, sobretudo, que o trabalho não é somente aquele exercido em troca de uma remuneração. (CARDOSO e SILVA, et al, 2017, p.27, apud LIMA 2005, p.01)

Assim como a mulher urbana, a mulher rural trabalha muito mais do que o homem, pois além de desempenhar as atividades de manutenção e atividades produtivas do campo, também deve exercer as atividades domésticas. Cardoso e Silva(2017, p.27), trazem um dado importante de uma pesquisa realizada por Brito(2001): 81,3% das mulheres rurais, não recebem nenhum pagamento pelo seu trabalho na agricultura, e as que tem seu trabalho remunerado, recebem valores baixíssimos, tornando o trabalho no campo extremamente precarizado. As autoras trazem a luz a fala de Brito(2001), que entende que entre as razões para a precarização do trabalho das camponesas, está o desmonte das políticas agrícolas estagnação da economia, que contribuem na redefinição dos trabalhadores rurais, principalmente as mulheres. As autoras compreendem que as limitações sofridas pelas mulheres tanto no âmbito público quanto no privado, faz parte dos papéis sociais estabelecidos para as mulheres, pois todas elas historicamente, incluindo as camponesas foram excluídas do poder de decisão.

Essa carência de renda familiar das mulheres, implicou no exercício de trabalhos mal remunerados no mercado informal, empregos temporários e atividades extras como artesanato e costura, como fonte alternativa de renda familiar dessas agricultoras. Ainda sobre o trabalho dessas agricultoras, Cardoso e Silva(2017, p. 28), entendem que estas agricultoras suportam o duro fardo de um trabalho desconfortável e desvalorizado, recebendo salários mais baixos que os homens, quando recebem remuneração, e quando essas mulheres são negras ou mestiças além da exploração, tem que lidar com preconceito racial. Dentro do trabalho no campo, a agricultora em geral recebe além dos supracitados acima baixos salários, geralmente não conseguem ser asseguradas pela previdência social, nem pelos direitos trabalhistas, pois não possuem férias, hora extra, repouso, decimo terceiro salário, auxílio doença ou aposentadoria.

Um ponto interessante destacado por Cardoso e Silva(2017, p.30),é o de que muitas agricultoras são discriminadas com base na “divisão sexual do trabalho”, pois muitas das atividades exercidas por essas camponesas, são vinculadas a trabalhos tipicamente masculinos.

Conforme Cardoso e Silva(2017, p.30)a mulher rural tem o suas atividades domesticas como uma extensão do seu trabalho no campo, pois as múltiplas funções envolvidas, afazeres domésticos, filhos e marido, e fazer parte da produção agrícola bem como, realizar trabalhos mal remunerados fora da propriedade para complementar a renda da família, transforma a rotina da camponesa muito mais estressante.

As autoras fazem referência a fala de Melo(2002),que entende que os programas de desenvolvimento rural, são feitos para os agricultores envolvidos na agricultura familiar, excluindo a mulher rural como beneficiaria, ainda que de forma sutil, pois segundo Cardoso e Silva(2017, p. 28),não elaboradores desses programas não impedem explicitamente o acesso das agricultoras, porém não buscam meios de incluir a camponesa de fato a esses programas de Fortalecimento a Agricultura Familiar, como parte daquele meio.

Dentro desse contexto, entre as décadas de 70 e 80,a mulher rural entendeu a necessidade de se organizar, e de acordo com as autoras, no final da década de 70,no Rio Grande do Sul, a primeira grande mobilização das mulheres rurais no Brasil, e para autores como Brumer(2004, p.338)¹¹,a mais significativa. Essa primeira organização, teve como ponto de partida a luta pela terra. No início, as mulheres envolvidas nessa manifestação, buscavam melhorias no atendimento médico aos pequenos produtores rurais, isso evoluiu para solicitação de benefícios da Previdência Social,e buscavam também o reconhecimento como trabalhadoras rurais. E em 1980 a mobilização das mulheres rurais, não acabou, ocorrendo o primeiro congresso da Mulher Trabalhadora Agricultora em 1982,e dentro desse congresso originou-se a Cartilha da Mulher Trabalhadora¹², referência até os dias de hoje.

¹¹ BRUMER (2004, p. 338), entende que essa foi a mobilização mais importante, por ser a primeira, e ocorrer logo após ao Golpe Civil Militar, em 1964 no Brasil. Essa mobilização iniciou com a ocupação da Fazenda Anoni em 1978,o que a autora entende que esse foi o ponto de partida para no início do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

¹² Com o nome de Cartilha da Mulher Trabalhadora que Amamenta, essa cartilha que teve origem nos movimentos sociais de mulheres rurais, hoje é vinculado por todo o país através do Ministério

Essas grandes mobilizações, resultaram no fato da Constituição Federal de 1988, reconhecer os direitos da mulher rural, equiparando benefícios previdenciários, como licença maternidade remunerada, as mulheres urbanas, e a aposentadoria por idade, como assegurado especial da previdência, aos 55 anos de idade, fazendo com que obrigatoriamente, tivessem seus nomes incluindo nas notas fiscais dos produtos por elas comercializados.

Ainda que muitos avanços tenham sido conquistados por conta das mobilizações sociais, Cardoso e Silva (2017, p.29) entendem que a invisibilidade da mulher rural, persiste, pois o trabalho realizado pela agricultora ainda é considerado “ajuda”, e sem remuneração.

Como pudemos observar na contextualização histórica acima, do início das mulheres no mundo do trabalho, temos a compreensão de que as condições de trabalhos feminino, em todos os tempos, mantiveram condições precárias. Quirino (2011), compreende que esta precariedade está ainda mais evidente no campo, no entanto é Schwendler (2017, p.157-158), quem aponta as principais razões para as questões relacionadas ao gênero afetarem ainda mais as camponesas. Schwendler (2017, p.157), aduz no sentido de que as mulheres rurais estejam ocupando espaços significativos, e saindo do que a autora descreve como “invisibilidade histórica”, há uma grande lacuna dentro do movimento feminista, quando se trata da luta das mulheres camponesas. Schwendler (2017, p.163), escabece alguns fatos para essa ausência das mulheres camponesas nas pautas feministas :

- Segundo a autora, apesar de a postura e as ações executadas pelas camponesas tivessem uma lógica aliada aos princípios feministas, entre as camponesas, havia uma negação ao feminismo;
- Dentro dos movimentos sociais do campo, as questões relacionadas ao gênero não tinham importância, pois no ponto de vista dos movimentos camponeses, apenas a transformação no modo de produção alicerçado em um projeto socialista poderia ser capaz de modificar as relações de gênero, resultando na emancipação da mulher e alteração nas relações de gênero;

da Saúde, na Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Esta cartilha expõe os direitos da mãe da gestação ao nascimento do filho incluindo, benefícios previdenciários e como ter acesso a eles, e por fim a importância do leite materno e a maneira correta de realizar a conservação.

- E o último fator apontado pela a autora é o de que, embora tenha ao longo do tempo isso venha se transformando, Schwendler(2017, p. 158) descreve que a teorização feminista está intimamente ligada a uma perspectiva da qual a autora denomina como eurocêntrica/urbana-industrial, desconsiderando questões étnicos -raciais bem como reservando um espaço secundário as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas.

De acordo com Guimarães e Quirino(2017, p.34),é extremamente necessário o reconhecimento da mulher no processo de trabalho no campo ,pois quando este é ignorado ou reduzido, cria-se um ciclo vicioso de invisibilidade histórica da mulher camponesa ,estigma do qual, de acordo Shwwndller(2017, p.143),essas mulheres tentam se desvincular. Quirino(2011),aponta que:

[...] o paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho[...]Nesse contexto, a múltipla jornada de trabalho assumida pela mulher do meio rural, que passa o dia todo na lavoura, no fim da tarde retorna ao lar assumindo os afazeres da casa e os cuidados com os familiares e, na maioria dos casos, ainda se dedica aos movimentos sociais e a trabalhos comunitários.(GUIMARAES e QUIRINO, et all, 2017 p.3 apud SALVARO, 2004, .

Guimarães e Quirino (2017, p.4)apontam fatores que contribuem com a invisibilidade da mulher camponesa: entre elas a dificuldade para financiamentos rurais,e a priorização de homens quando se trata de capacitação.Com as circunstâncias supracitados acima, é possível entender que a trabalhadora rural, enfrenta os mesmos problemas da mulher “urbana”: a dupla jornada de trabalho, realizada de forma unilateral e os mesmos problemas financeiros, pois de acordo com Guimaraes e Quirino (2017, p.4), na divisão de trabalho no campo estabelecidas ,a mulher rural não está presente na denominada “População Economicamente Ativa”, pois seu trabalho é voltado inteiramente para a unidade familiar, calcando o status de ajuda, como explicitou Cardoso e Silva (2017, p.29),ainda que reserve a maior parte de seu tempo na execução dessas atividades, pois de acordo com as autoras ,são trabalhos tipicamente femininos, e por mais importante e indispensável, o seu trabalho feminino não tem valor no mercado.

4. A SURGIMENTO HISTÓRICO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO, CEASA-PARANÁ, E A COMO SE DESENVOLVE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MERCADO DO PRODUTOR

Historicamente, todas as centrais de abastecimento surgiram na década de 60¹³, como reflexo da Revolução Verde, pois o aumento de produtividade, necessitava de mais suporte e investimento para a distribuição desses produtos. O crescimento dos grandes centros no país e a precariedade dos mercados tradicionais transformaram a distribuição dos produtos Hortifrutigranjeiros caótica, ineficaz, complexa e principalmente com valores elevados. Ainda, segundo o site oficial da Ceasa Paraná, entre os principais problemas estava ainda, a venda direta dos camponeses e os chamados atravessadores autônomos, que realizavam a compra dos produtos no campo e determinavam os valores de venda dos produtos, provocando dificuldade na formação de preços e concorrência entre produtores, bem como complicações na venda desses produtos a comerciantes em geral. Frente a necessidade de uma mudança estrutural neste seguimento, em 1970, durante a ditadura militar, o então presidente general Emílio Garrastazu Médici, implementou seu primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PNA)¹⁴, que entre outras medidas, estabeleceu a criação das Centrais de Abastecimento¹⁵. É

¹³ Secretaria da Agricultura e Abastecimento – CEASA.

¹⁴ Este foi o nome dado ao Primeiro Plano econômico de desenvolvimento do supracitado presidente. Este primeiro plano foi realizado entre os anos de 1972 e 1974. Abreu (2012), descreve que este plano procura conservar os objetivos traçados no programa de metas e bases para ação do governo, apresentados ainda em 1970. Projetado pelo Ministro de Planejamento da época João Paulo Reis Veloso, este plano segundo Abreu (2012), tinha entre os objetivos, inserir o Brasil junto a grandes potências mundiais em uma década. Para efetivar o que estava proposto pelo PND, era necessário triplicar a renda per capita da população e elevar o Produto Interno Bruto. Abreu (2012) descreve que esse fortalecimento da economia acarretaria na elevação da taxa de expansão do emprego e redução da taxa de inflação. Sendo adotada na época uma política econômica internacional capaz de acelerar o desenvolvimento sem causar nenhum prejuízo no controle da inflação. Buscando o apoio empresarial, o governo inseriu no PND, um programa de promoção a grandes empreendimentos nacionais, para que estes empresários apoiadores pudessem investir seu dinheiro em alguns setores que Abreu (2012) entende como sendo estratégicos para o desenvolvimento. Os recursos financeiros para a execução deste Plano Nacional do Desenvolvimento, era derivado de bancos públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS).

¹⁵ Devido toda a todo o resgate histórico trazido a respeito do que se tratou o primeiro Plano Nacional de desenvolvimento, neste ponto é interessante fazer um link. As Centrais de abastecimento denominadas CEASA podem ser empresas públicas estatais, ou compostas por capital misto, ou seja público e privado. Possivelmente um reflexo do incentivo dado aos empresários, para que

importante estabelecer neste ponto que, ainda que as Centrais de Abastecimento - CEASAS, tenham sido criadas durante a década de 60, sua implantação de fato, se deu apenas na década seguinte, durante o PND. Esta intervenção, veio como resposta a série de transtornos envolvendo a comercialização de hortifrutigranjeiro. O governo necessitava estabelecer um controle sob esta produção, e após essa decisão, as centrais de abastecimento passam a ser implementadas nas principais cidades do país, comercializando além de hortifrutigranjeiros, peixes e alguns perecíveis, gerenciado pela Companhia Brasileira de Alimentos.

Trazendo este resgate histórico para o estado do Paraná, a primeira unidade da Ceasa constituída no estado foi em novembro de 1972, no município de Maringá, nos entanto, apenas 3 anos depois de sua construção entrou de fato em funcionamento, em maio de 1975, em um tradicional mercado varejista da cidade, se transformou em nossa primeira central de abastecimento. Em julho de 1976, é inaugurada a unidade de Curitiba da CEASA, localizada no bairro do Tatuquara em Curitiba, essa unidade, segundo informações institucionais¹⁶, foi construída como parte do planejamento urbano da capital. Após a implantação da unidade da Capital, foram distribuídas em outras cidades importantes do estado, bem como reestruturação da primeira Ceasa em Maringá, novas unidades foram inauguradas em Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina. Já na década de 1980, com a implementação de todas essas unidades, a central de abastecimento passou a ser de fato um suporte para o produtor rural, concentrando oferta e procura no mesmo local, facilitando o comércio, incluindo também um centro de apoio ao produtor rural, organizando o setor.

Em 1990, o Governo Federal passa a administração de todas as centrais de abastecimento ao governo estadual, e modificações realizadas no estatuto social da época, inclui a possibilidade de compra, venda e transporte de produtos do gênero alimentício. A Ceasa é dividida em 3 espaços para comercialização: Mercado das flores, neste local é realizada a comercialização de flores, algumas árvores, mudas e plantas, os Boxes: espaços dedicados a pessoas jurídicas, onde realizam a comercialização de frutas e verduras, a comercialização de produtos importados o grande diferencial destes espaços e o Mercado do produtor. Este ambiente é

podem investir em alguns setores da economia, durante o PND, como trouxe Abreu (2012) ainda pelo Governo Médici.

¹⁶Secretaria da Agricultura e Abastecimento – CEASA.

reservado ao pequeno produtor rural, cuja atuação esteja dentro dos moldes da economia familiar. Aqui pretendemos especificar o mercado do produtor. Como mencionamos acima, o Mercado do Produtor, mais conhecido como “pedra” faz parte da Central de Abastecimento Ceasa – Paraná.

Para poder realizar o comércio de seus produtos dentro da Ceasa, o pequeno produtor deve primeiro participar de um cadastramento, onde será possível identificar se realmente trata-se de um pequeno produtor. Neste cadastramento, exige-se deste produtor, alguns documentos pessoais e documentos da propriedade em que o processo de plantação é realizado, bem como um atestado de Produtor Rural, emitido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER. Em seu site oficial, a Central de Abastecimento afirma que há 6 mil produtores cadastrados em todas as unidades do Paraná, enquanto em informações obtidas via ligação telefônica, na data de 23/07/2019, atualmente, na Ceasa – Paraná, unidade Curitiba há 1.224 produtores ativos no mercado do produtor. Nesta mesma ligação questionamos se há dados disponíveis de quantas produtoras estão cadastradas na unidade Curitiba, fomos informados de que não há esta informação.

É importante deixar claro que não há nenhum registro do número de produtoras na Ceasa-PR setor Curitiba, tivemos muitas dificuldades em realizar a pesquisa. Primeiro com conta de processos burocráticos internos da central de abastecimento. Informações internas não oficiais, relatam que essa burocracia se dá por conta de dois casos de violência sexual sofrido por estudantes que realizam projetos dentro da Ceasa, no ano de 2018 e no início de 2019, por tanto, para realizar qualquer atividade de pesquisa, os estudantes, principalmente mulheres, necessitam ter um membro da equipe de segurança acompanhando toda a visita; Contudo, informações internas dizem que houveram alguns cortes nas equipes de segurança dentro da central, o que dificultou muito a liberação da visita. Tivemos autorização oficial apenas para a data de 17/10/2019, considerando os resultados obtidos insuficientes, retornamos para mais uma visita no dia 19/10, nos responsabilizando por qualquer ocorrência durante a visita.

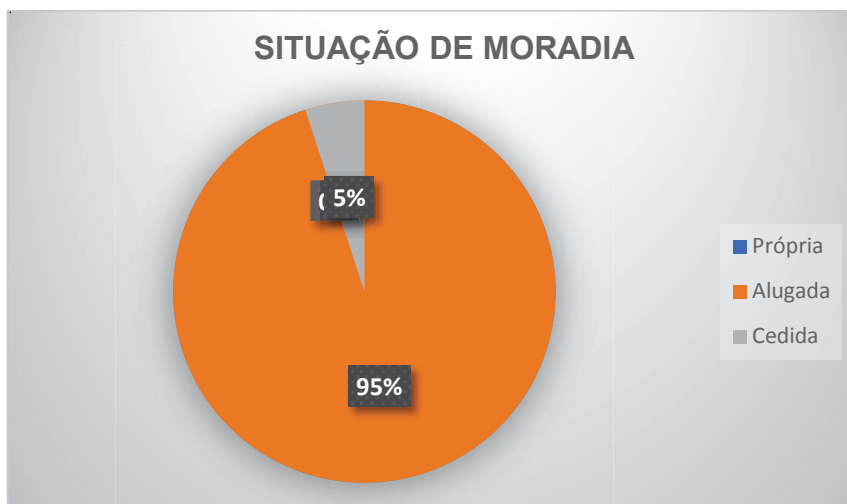
Realizamos a pesquisa entre os dias 17 e 19 de outubro. No primeiro dia, iniciamos a aplicação dos questionários por volta das 06:00 da manhã, no entanto como tínhamos que realizar a busca ativa das entrevistadas, tivemos algumas dificuldades, porque não dizer resistência, das agricultoras em participar da pesquisa, por duas razões: a primeira foi o alto fluxo de vendas entre o horário de

04:30 as 07:00 da manhã. A segunda razão, se trata de uma articulação que o sindicato dos agricultores estava promovendo na mesma data, fazendo com que várias pesquisadas não aceitassem participar, entendendo ser uma ação vinculada ao sindicato. Nosso propósito inicial era aplicar os questionários com 15 agricultoras, no entanto saímos as 09:00 da manhã com apenas 6 questionários aplicados. Na data do dia 19/10, iniciamos a aplicação de questionário por volta de 07:30. Logo de início de nosso trabalho, um dos produtores não permitiu que sua esposa preenchesse o questionário, retirando o mesmo de suas mãos, aduzindo “que não queria saber de política”, explicamos que fazíamos parte da Universidade Federal do Paraná setor litoral, e que se tratava de uma pesquisa acadêmica, ainda sim o homem não permitiu a participação de sua esposa aduzindo “Que a mulher é minha, e ela assina só o que eu mando” [sic].

Apesar do pequeno incidente, no segundo dia tivemos uma alta adesão das agricultoras, ao ponto de aumentarmos a amostra da pesquisa de 15 para 20 agricultoras.

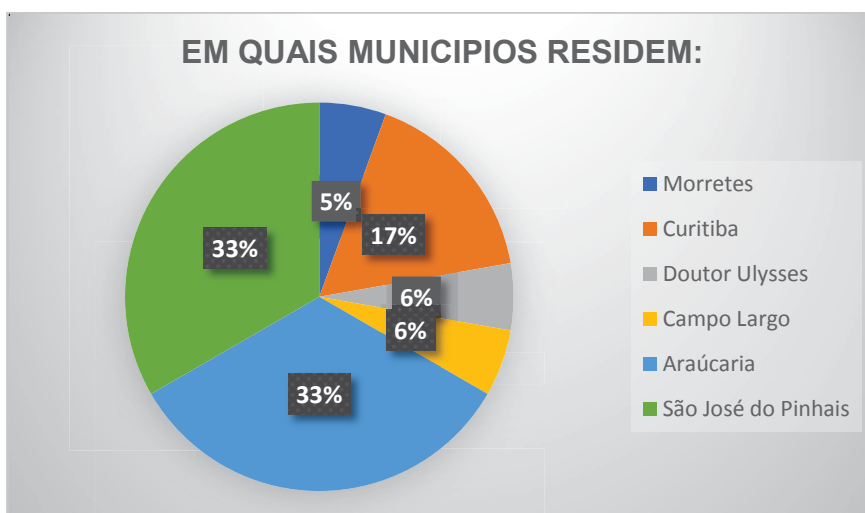
Procuramos aqui, explicitar os primeiros dados presentes na pesquisa quantitativa, traçando um perfil das pequenas produtoras da Ceasa – Paraná, setor Curitiba. 85% das mulheres são brancas, em sua maioria com idades entre 49 e 58 anos, 65% são casadas, e 75% com filhos, e 95% vem de família com atividades tradicionalmente rural, onde os pais e avós exerciam atividades no campo. 50% delas, revelam ter uma renda familiar que gira em torno de R\$998,48 a R\$1300,00 enquanto 35% das pesquisadas, revelam ter renda mensal menor que um salário-mínimo. 90% dessas mulheres responderam não realizar atividades remunerada fora do campo, ou seja toda sua renda esta vinculada atividade agricola. 65% das pesquisadas são asseguradas pela Previdência social, e apenas 5% dessas mulheres possuem escolaridade completa, e 95% delas não participa de nenhuma organização ou movimento social rural. Em sua maioria possuem residência própria, conforme podemos observar no gráfico 1, enquanto no gráfico 2 podemos verificar os municípios que as pesquisadas residem:

Gráfico 1 - Situação de Moradia das Agricultoras Pesquisadas



Fonte: A autora

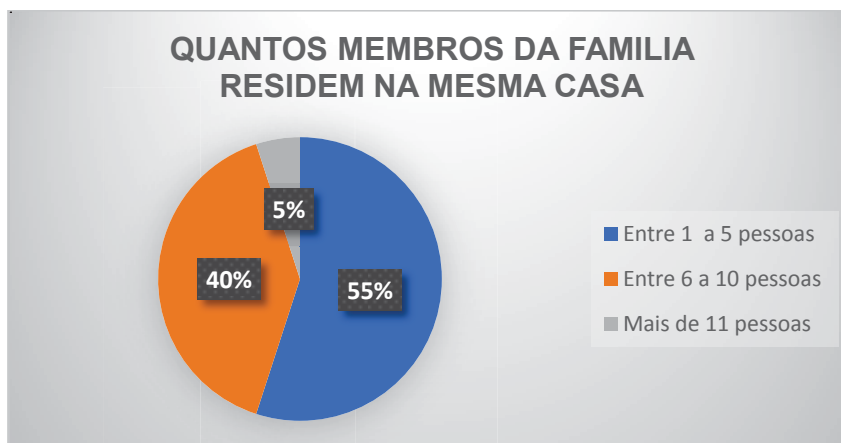
Gráfico 2 - Município em que as pesquisadas residem



Fonte: A autora

Com relação as quantidades de membros que residem na mesma casa, as pesquisadas em sua maioria, residem com 1 a 5 membros, conforme o disposto no gráfico 3:

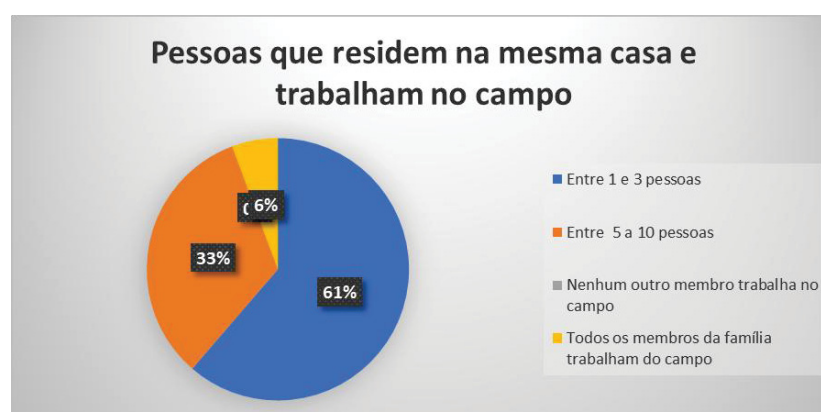
Gráfico 3 - Quantidade de Pessoas que residem na mesma casa



Fonte: A autora

Durante esse questionamento, algumas produtoras aduziram no sentido de que suas famílias eram compostas por seus maridos, filhos, netos, pais e os pais de seu respectivo cônjuge. Ainda que 55% das pesquisadas tenham declarado que residem com entre 1 a 5 pessoas, quando questionadas sobre quantas dessas pessoas da família, auxiliava no trabalho no campo, esse número cai, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Membros da família, residentes da mesma casa, que auxiliam no trabalho do campo



Fonte: A autora

Esse dado nos mostra que 61% das camponesas contam com o auxílio de 1 ou dos familiares na atividade no campo. Apesar de estar disposto dessa forma, quando respondiam essa questão, pudemos observar que as agricultoras respondiam em sua maioria que trabalhavam com cônjuge. Com relação a importância do casal na agricultura, Cardoso e Silva(2017, p. 26) descrevem que

“No mundo rural, o casal é o pilar, porém muito hierarquizado, O homem é o senhor. A dona de casa reina sobre a família e os agregados [...]”.

Durante a pesquisa, pudemos observar algo curioso. A maioria das agricultoras respondia que residia com os filhos, no entanto boa parte dos filhos, buscou atividades remuneradas fora do campo. Conforme podemos observar nas falas transcritas a seguir:

“O filho trabalha em comércio, trabalhou com ‘nois’ na roça, mas não aguentou o “repuxo” (fala da Pesquisada 1)

S “A filha trabalha na loteria. Em melhor, tem salario garantido, férias. Na roça não tem nada né”(Fala da pesquisada 2)

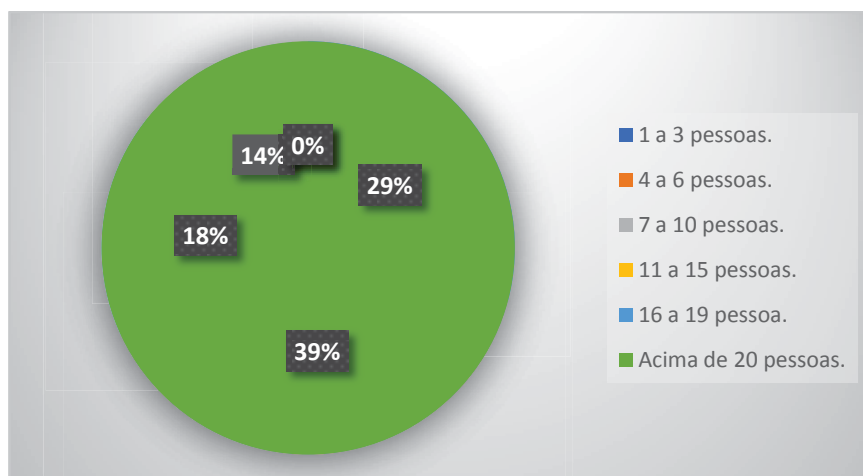
“Um dos filhos trabalha com a gente na roça, a menina ‘ta’ terminando os estudos, e fazendo estagio” (Fala da pesquisada 3)

Com relação ao jovem rural a intensificação da evasão do jovem rural, Oliveira, Rabelo e Feliciano (2014, p.137) apontam alguns fatores que contribuem para este fenômeno:

Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para procurar alternativas nas cidades. Esse processo nos remete ao pensamento de cenas vividas nos anos 70, que contingentes de homens, mulheres e crianças que passaram por um processo de expropriação do campo para viver nos núcleos urbanos ofertando sua força de trabalho. Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocasse na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural. A falta de iniciativas de políticas coloca os jovens do campo sob uma realidade que se agrava, segundo os dados do programa Brasil sem Miséria que apontam que de um total de 8,2 milhões de jovens rurais, 2,3 milhões vivem em situação de miséria, com renda mensal de 70 reais ou menos.(OLIVEIRA, RABELO e FELICIANO, 2014,p.137)

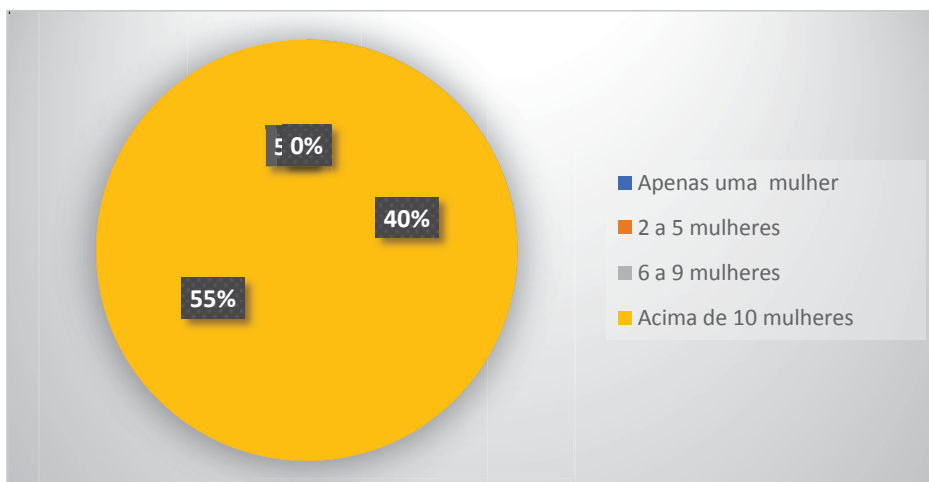
Questionadas sobre o número de pessoas que fazem parte da produção e preparação de verduras, 39% das pesquisadas responderam que em entre 4 a 6 pessoas envolvidas nesse processo, conforme o disponível no gráfico 5. Enquanto no Gráfico 6, podemos verificar que 55% tem de 2 a 5 mulheres envolvidas em alguma parte do processo de produção ou comercialização dos produtos.

Gráfico 5 - Número de pessoas envolvidas na produção e pre preparação comercializados por agricultores na CEASA – Paraná



Fonte: A autora

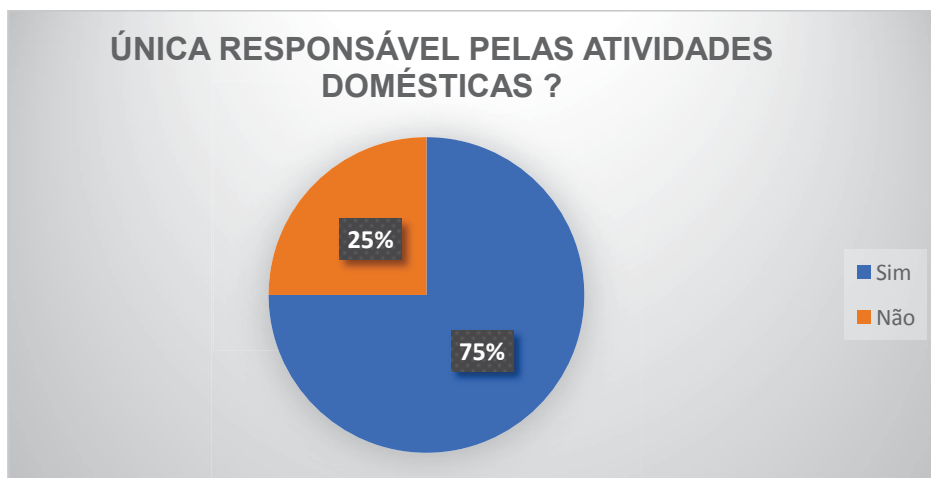
Gráfico 6 - Número de mulheres envolvidas no processo de produção e preparação dos produtos comercializados por agricultores na CEASA - Paraná, setor Curitiba



Fonte: A autora

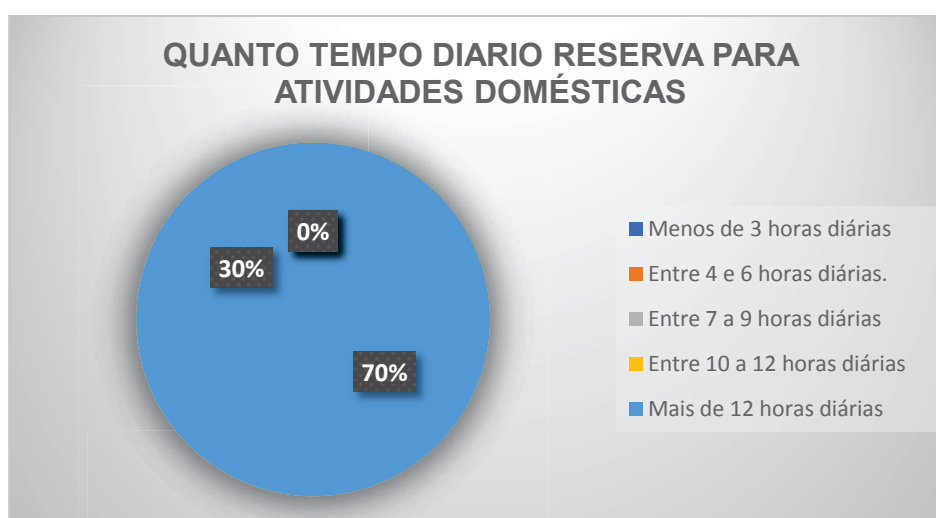
Questionadas sobre atividades domésticas, 75% das pesquisadas afirmaram que realizam as atividades domésticas sozinhas. Quando se trata do tempo diário gasto com atividades como limpeza e organização da casa, preparo de alimentação e cuidado com os filhos a maior parte das produtoras pesquisadas afirmam gastar menos de três horas diárias com essas atividades, como podemos observar estas informações nos gráficos 7 e 8:

Gráfico 7 - Responsabilidades Domésticas



Fonte: A autora

Gráfico 8 - Tempo diário reservado a atividades domésticas



Fonte: A autora

Quando questionadas sobre reservar um tempo para lazer, 70% das entrevistadas revelaram que reservam ao menos um dia para comparecer a igreja, em geral esse dia é o domingo pela manhã. Uma das pesquisadas informou que para ter essa manhã de domingo livre, acorda mais cedo que o habitual para alimentar a criação de animais, e preparar café, para que quando a família levante esteja tudo organizado, assim ela poderia ter tranquilidade durante a missa. Com relação ao lazer, é interessante observar o dado no gráfico 9, que revela que 20% das pesquisadas não tem nenhum tempo livre.

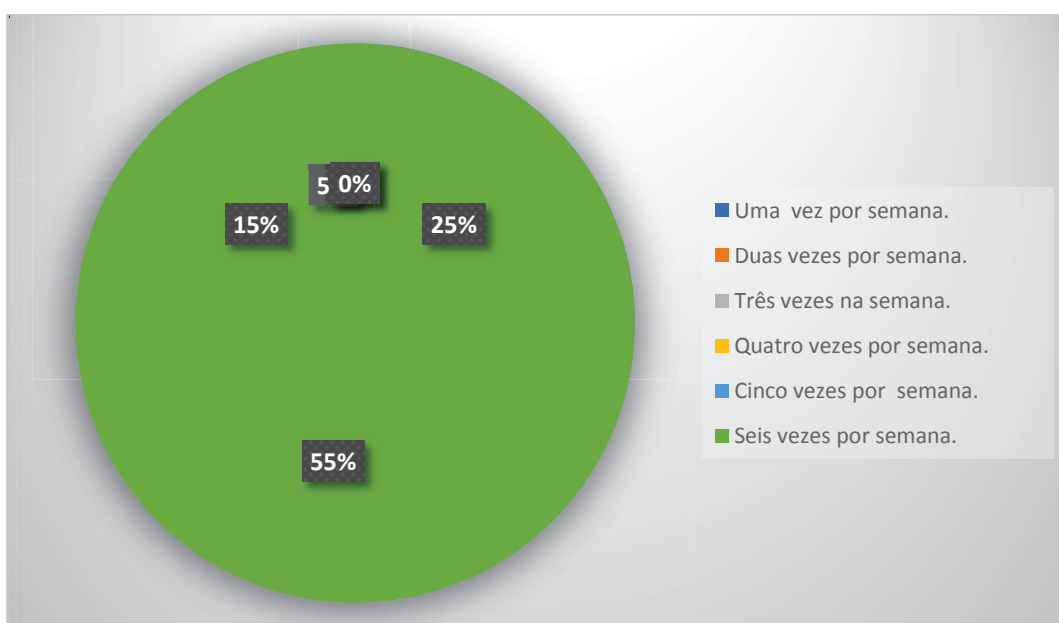
Gráfico 9 - Tempo que as produtoras reservam para lazer



Fonte: A autora

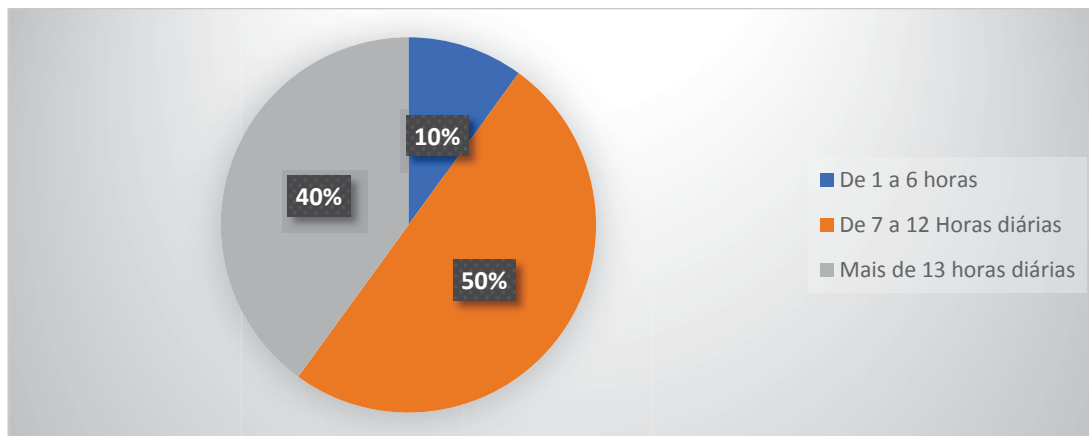
Com relação ao trabalho dentro da central de abastecimento CEASA, 55% das pesquisadas realiza o comércio de seus produtos 2 vezes na semana, levando, em sua maioria entre 7 a 12 horas diárias para a preparação dos produtos, conforme podemos observar nos gráficos 10 e 11.

Gráfico 10 – Número de vezes que as produtoras frequentam a CEASA para comercialização de verduras, frutas e hortaliças



Fonte: A autora

Gráfico 11 - Número de horas diárias para a preparação da mercadoria comercializada na CEASA – Paraná, unidade Curitiba



Fonte: A autora

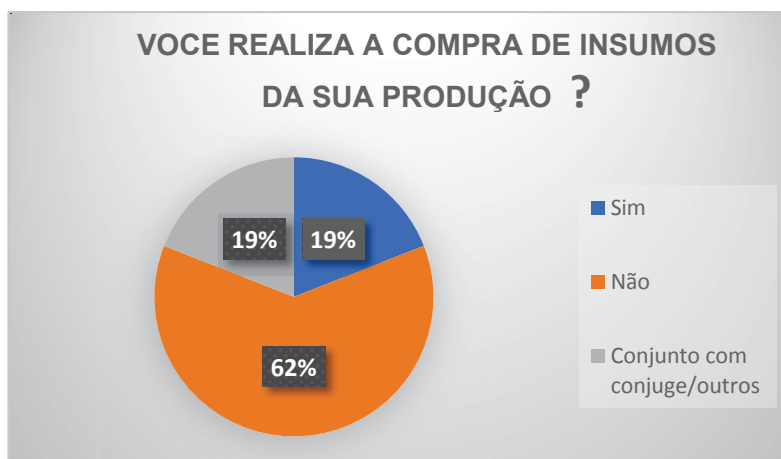
Questionadas sobre o tempo que dedicam para o trabalho no campo de modo geral, incluindo o plantio e manutenção do campo, responderam da seguinte forma: 45% revelam gastar entre 7 e 9 horas diárias com atividades de produção e manutenção do campo, 20% dizem gastar entre 10 e 12 horas, enquanto 20% utilizam mais de 12 horas diárias para essas atividades. 15% usam entre 4 e 6 horas diárias para a produção e manutenção do campo.

Alguns dados nos permitem observar a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero presentes neste contexto. Questionadas sobre se decidiam detalhes da produção, 35% das pesquisadas, responderam decidir ativamente sobre detalhes a produção em que participam, enquanto 35% das agricultoras, declararam decidir sobre detalhes da produção com seu cônjuge ou outros membros da família. Apenas 30% das pesquisadas, responderam não decidir nenhum detalhe da produção da qual fazem parte. Perguntamos as pesquisadas, sobre se há, ou em algum momento possuiu financiamento rural em seu nome, ou já realizou alguma tentativa de obter este financiamento. 80% das agricultoras revelaram que não possuem financiamento rural, muitas delas afirmando que “quem cuida dessa parte” são seus maridos.

No gráfico 12, podemos observar que 62% das produtoras pesquisadas não realizam a compra de insumos no campo, enquanto no gráfico 13, podemos observar

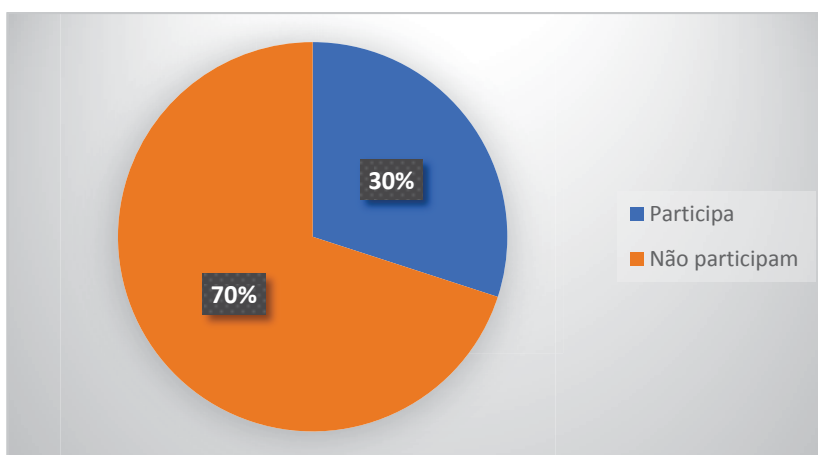
que quando se trata de cursos e capacitação no campo, apenas 30% das pesquisadas fazem parte dessas atividades.

Gráfico 12– Compra de Insumos



Fonte: A autora

Gráfico 13 - Participação de mulheres em cursos de capacitação



Fonte: A autora

Sobre isso, Mesquita e Serrano (2012) descrevem que:

Dentro da unidade familiar, as tarefas consideradas como voltadas para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contato com técnicos e participação de reuniões do sindicato e cooperativas, são de responsabilidade masculina. Embora algumas famílias as mulheres participem dessas atividades, essa participação é mais rara. (MESQUITA e SERRANO,2012,p.9)

mulheres pesquisadas, possuem financiamento rural em seu nome.

Indagadas sobre como era decidida as compras no supermercado, atividade considerada tipicamente feminina, ainda que a 50% das pesquisadas realizem as compras de mantimentos para suas casas sozinhas, é interessante destacar o dado de que 30% das entrevistadas, tem a divisão dessa tarefa com o cônjuge ou outros membros da família, conforme podemos observar no gráfico 14.

Gráfico 14 - Compra de Mantimentos



Fonte: A autora

Como podemos verificar nos dados iniciais, 90% das pesquisadas tem como sua única fonte de renda a comercialização de seus produtos dentro da Ceasa-Pr, questionadas sobre se tem poder de decisão sobre a renda familiar, 65% dizem poder decidir de que forma a renda familiar será aplicada, enquanto 30% responderam que quem decide sobre a renda é o cônjuge. Sobre o manejo de dinheiro dentro da agricultura familiar Mesquita e Sereno trazem a luz a fala de Boni, (2006)

[...]poucas mulheres fazem parte da comercialização, as que ficam na feira atendendo aos clientes enquanto os homens vão fazer as entregas. São ainda os homens quem lidam com o dinheiro, quando esse vem em maior quantidade. (MESQUITA e SERANO, et all, 2012,p.10, apud BONI,2006, s/p).

Indagamos junto as pesquisadas, qual o entendimento sobre a igualdade no trabalho realizado por homens e mulheres no campo, 65% entendem que sim, mulheres e homens trabalham de forma igualitária. Neste ponto, vamos destacar as falas de duas das pesquisadas sobre esse tema:

“Lá em casa a gente trabalha de igual pra igual. Eu acordo antes do (marido da pesquisada), já faço o café, passo broa no ovo pra fritar e quando (marido da pesquisada) liga o trator, já estou carregando as caixas, adubo, faca pra cortar a salsinha porque é assim. Dia que não está fazendo carga pro Ceasa, a gente acorda cedo igual, vem carpir, envarar tomate, e joga adubo, molhar a roça. Roça é assim, sempre tem alguma coisa pra fazer. Eu puxo todos os canos a irrigação sozinha. É o (marido da pesquisada) que faz todo o serviço de trator, mexe com os pulverizadores. Eu faço as coisas que a enxada resolve, essas coisas com máquina, quem faz é ele. Quando ele esta no trator, eu colho quase tudo sozinha. [sic] Entrevistada 1.

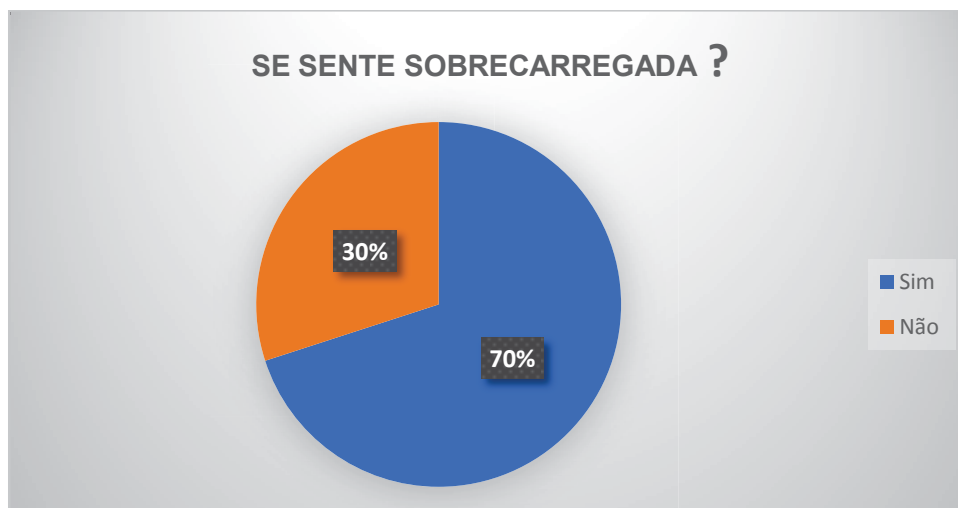
“Eu acho que na roça, a gente trabalha igual, mais em casa eu trabalho mais, é sempre uma montoeira de coisa pra fazer” [sic] Entrevista 2

Neste ponto vamos destacar um trecho da fala da Pesquisada 1: “[...]É o (marido da pesquisada) que faz todo o serviço com o trator, mexe com os pulverizadores, eu faço o que a enxada resolve, essas coisas com máquina, quem faz é ele”. Sobre esse trecho, podemos trazer a fala de Boni(2006), que entende que:

[...]Com a implantação da agroindústria são as mulheres que realizam a maior parte do trabalho, ou seja o trabalho mais rotineiro, constante e maçante. (MESQUITA e SERANO, et all, 2012, p.10, apud, BONI, 2006, s/p).

Por fim, perguntamos as pesquisadas, se elas se sentem sobrecarregadas com os trabalhos que realiza, e obtivemos o resultado disposto no gráfico abaixo:

Gráfico 15-Sobrecarga das agricultoras.



Fonte: A autora

O interessante deste dado, é que, ainda que 65% das pesquisadas entendam que homens e mulheres trabalhem de forma igual, 70% delas se sentem sobrecarregadas, o que é extremamente compreensível, se entendermos que em média essas mulheres trabalham em média 12 horas ao dia e realizam as atividades domésticas. Como Cardoso e Silva (2017, p.32) descrevem, a casa para a mulher agricultora é uma extensão de seu trabalho, pois sempre há uma demanda. O último dado dessa pesquisa que queremos analisar, é o disposto no 16. Questionamos junto a essas produtoras, de que modo está o seu cadastramento junto a Ceasa-Paraná:

Gráfico 16-Situação cadastral das produtoras junto ao Ceasa-Paraná



Fonte: a autora

Podemos observar neste último dado que 85% das produtoras pesquisadas, estão cadastradas como ajudantes ou auxiliares de produção. Ou seja, dentro da Central de abastecimento Ceasa-Pr, as produtoras estão mais próximas a invisibilidade histórica das camponesas, longe do protagonismo e reconhecimento das atividades desenvolvidas

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo entender como a divisão sexual se dá dentro do setor responsável pela distribuição de alimentos. Os produtores que realizam seu comércio dentro da principal central de abastecimento do estado, além de atender toda a capital e região metropolitana, atendem também a outros estados vizinhos. Apenas na sede de Curitiba, são mais de 1000 produtores que realizam o comércio de seus produtos neste espaço.

Não há como se falar de divisão sexual do trabalho, sem entender quanto questões de gênero interferem na realidade apresentada. Entendemos que não há como entender a realidade que estamos inseridos, sem compreender os fatores históricos que nos trouxeram até aqui. Por isso tivemos o cuidado de desenvolver um resgate histórico tão detalhado, no segundo tópico, quando falamos da inserção da mulher no mercado de trabalho, de forma mais geral. É interessante observar, que sempre que falamos dos trabalhos femininos, há uma espécie de consenso entre os autores que usamos durante este artigo, no sentido de que, o trabalho feminino está sempre apoiado na desvalorização, historicamente considerado menor, e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao longo dos anos para que pudesse exercer o trabalho. Muitas destas dificuldades ainda estão apresentadas no cotidiano de nós mulheres. Ainda estamos batalhando por igualdade nos salários, por demonstrar nossa capacidade dentro das grandes empresas, como pudemos observar na pesquisa do IBGE e no relatório do Banco mundial, a mulher brasileira está à margem no que se refere a igualdade de gênero, muito se deve a sociedade machista em que vivemos, e as leis que não veem importância em estabelecer iguais condições para homens e mulheres.

Dadas as devidas proporções, ainda lidamos com assédio no ambiente de trabalho, exercemos múltiplas funções, não porque queremos, e sim porque foi socialmente imposta historicamente dentro de uma visão naturalista. Durante a

realização da pesquisa, pudemos observar nas falas das pesquisadas, que mesmo em sua maioria aduzindo no sentido de que estão extremamente cansadas, elas não vinculam esse cansaço ao excesso de atividades que exercem. Calculando rapidamente os dados da pesquisa, junto a fala das pesquisadas, é possível observar que essas mulheres trabalham mais de 16 horas por dias nas atividades de produção no campo e domésticas, aumentando essa média em 18 horas, quando realizam o preparo de mercadorias para a comercialização na Ceasa-Paraná. Essas produtoras estão envolvidas em todo o processo de produção, no entanto não se sentem parte dela, se compreendermos que 30% das pesquisadas não decidem sobre a sua própria produção. Ainda que façam parte de toda produção, 85% dessas mulheres estão cadastradas como “Auxiliar ou ajudante” dentro da central de abastecimento. Esses mecanismos só reforçam a invisibilidade da camponesa.

É importante observar a necessidade de políticas públicas que insiram de fato a mulher rural ao meio em que pertence. Muitos avanços já foram realizados, se observamos historicamente, mas é necessário intenso investimento em políticas sociais para as mulheres rurais, para que se emancipem, para que conquistem sua própria renda, e esse investimento deveria iniciar pela educação, pois assim como nos dados publicados pelo senso agropecuário, dentro da nossa pesquisa, podemos observar que apenas 5% das pesquisadas concluíram os estudos. Não há um facilitador para o acesso das mulheres a financiamento bancário, ao ponto de que apenas 20% das pesquisadas conseguiram acesso a ele. É importante ressaltar, que é esse financiamento que vai viabilizar o acesso dessas agricultoras a tecnologia, terras, e produtos essenciais dentro do contexto rural. Outro ponto importante, é inserir as agricultoras nos cursos de capacitação. As mulheres rurais possuem uma capacidade enorme, é necessário investir nessas produtoras, romper a barreira tradicional e conservadora para que elas possam demonstrar toda essa capacidade.

REFERENCIAS

ALVES, Anna Elizabeth Santos; SILVEIRA, Ivana Teixeira; LIMA, Edicléia Rodrigues; BARBOSA, Juliana Pereira. Divisão Sexual do trabalho em comunidades rurais - IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa "História, sociedade e educação no Brasil"- Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2012;

CAMARGO, Orson. "A mulher e o mercado de trabalho"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm>> Acesso em: 01 de agosto de 2019;

CARDOSO, Trícia Andrade; SILVA, Juliana Franchi. As trabalhadoras rurais brasileiras como sujeitos sociais e políticos. *Arquivos Fazendo Gênero*- Universidade Federal de Santa Maria 2017;

CARVALHO; Estela Carolina Firmino. A história da mulher no mercado de trabalho. Disponível em <jusbrasil.com.br> Junho de 2017. Acesso em 01 de agosto de 2019;

DEERE, Carmem Diana; León Magdalena. O empoderamento da mulher - Direitos a terra e a propriedade na América Latina- Editora UFRGS, 2002, 1ª edição;

EDVÂNIA APARECIDA DA SILVA MULHER DO CAMPO: Educação e relações de gênero;

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Revolução Verde"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm>> Acesso em: 3 de setembro de 2019;

GARCIA E MORENO- E-social: o que é o pequeno produtor rural? Novo faseamento diferencia essas pessoas físicas, publicado em 12/07/2018 as 11:05 disponível em <<http://www.garciaemoreno.com.br>> Acesso em 08 de agosto de 2019;

GUIMARÃES Soraia de Mello, QUIRINO Raquel - A divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio rural-13º congresso Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero: Transformações, conexões e deslocamento - Seminário Internacional fazendo gênero-Word Woman, Florianópolis 2017;

HEEN Iara Aquino -Agroecologia e relações de gênero em projeto societário- 2010;

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 24 de junho de 2019;

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, . Dicionário crítico feminino. São Paulo: Editora Unesp, 2009;

LEMOS, Carlos Eugenio Soares. Entre o estado, a família e o mercado. **Revista Sinais Sociais, pertencente ao Serviço Social do Comércio SESC-2013**, 22ª Edição;

MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. Gênero e gerações em contexto rural. Editora Mulheres. 2010 s/e;

MESQUITA, Gabriella Riad Iskandar; SERENO, José Robson Bezerra. Aspectos de gênero no meio rural. Universidade Federal de Goiás. 2012;

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em 24 de julho de 2019;

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em <<http://bvsms.saude.gov.br>> Acesso em 25 de junho de 2019;

MYNAIO, Maria Cecilia Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETTO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Editora vozes, 2002, 21ª edição;

NEVES, Delma Passanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Mulheres Camponesas: Trabalho produtivo e engajamento político;

OLIVEIRA, Luciano Benini; FELICIANO, Carlos; RABELLO, Alberto Diógenes. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 15 n.1 136 julho/2014;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-(ONU)ONU MULHERES BRASIL- Agricultoras familiares inovam e visibilizam produção de mulheres no campo, experiência brasileira é citada em relatório internacional da ONU Mulheres, jun. de 2019. Disponível em <www.onumulheres.org.br> Acesso em: 27 de junho de 2019;

QUIRINO, Raquel. Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista 2011;

RAMANINI, Marlene; BOSCHILLIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade. Editora UFPR, 2017, 1ª edição;

RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês: Trabalho e educação, liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana, 2013. 2ª Edição;

RIGOTTO, Raquel Maria. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: Implicações da (des)localização industrial. Editora fiocruz-2008, 22ª edição;

SCHWENDLWER, Sônia Fátima. Feminismo, camponês popular: praticas, saberes e discurso de gênero, construído nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo, Editora UFPR, 2017, 1ª edição;

Secretaria de Agricultura e abastecimento do Paraná -Central de Abastecimento, Ceasa PR. Disponível em <www.ceasa.pr.gov.br> Acesso em: 13 de abril de 2019;

Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas—SEBRAE-Cartilha do Produtor Rural. Roraima, 2015;

SILVA, Juliana Franchi e CARDOSO, Trícia Andrade. As trabalhadoras rurais brasileiras como sujeitos sociais. Universidade Federal de Santa Maria 2017;

SILVA, Daniel Neves. Conferência de Berlim. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm>> Acesso em 23 de agosto de 2019;

SILVA, Daniel Neves. Tratado de Versalhes. *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/tratado-versalhes.htm>>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

SILVA, Daniel Neves. Tratado de Versalhes. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/tratado-versalhes.htm>> Acesso em 23 de agosto de 2019;

TEIXEIRA, Marilene Oliveira. A divisão sexual do trabalho e seus efeitos sobre as mulheres, Unicamp 2018. Disponível em <www.unicamp.br> Acesso em: 18 de abril de 2019.